

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.664 - CE (2019/0093608-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : FRANCISCO RUBENS PEREIRA DA COSTA (PRESO)
ADVOGADO : CARLOS ROBERTO DE ARAUJO FARIAS - CE022232
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por FRANCISCO RUBENS PEREIRA DA COSTA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (HC n. 0621533-60.2019.8.06.0000).

Segundo consta dos autos, o recorrente foi preso em flagrante (prisão convertida em preventiva) pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, porque, no momento da abordagem policial, foram encontrados consigo 89 trouxinhas de crack e 48 pinos de cocaína (e-STJ fl. 95).

A defesa formulou pedido de liberdade provisória do recorrente. O Juízo singular, contudo, indeferiu o pleito (e-STJ fl. 92).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual alegando, em síntese, que o decreto de prisão preventiva do recorrente não foi devidamente fundamentado e que os requisitos autorizadores da medida constritiva não estão presentes no caso em tela.

O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 91):

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. PENAL. PROCESSO PENAL. ART. ROUBO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. MOTIVAÇÃO SATISFATÓRIA. ELEMENTOS CONCRETOS. ORDEM DENEGADA.

1. *Habeas Corpus com pedido de liminar sob argumento de falta de fundamentação da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente.*
2. *A decisão de pp. 44/46 encontra-se devidamente*

fundamentada, com base nos elementos concretos do processo, de modo a demonstrar a necessidade de garantir a ordem pública e a aplicação da lei penal.

3. *Habeas Corpus conhecido e não provido.*

Na presente oportunidade, a defesa sublinha que as decisões acerca da manutenção da segregação cautelar do recorrente não foram devidamente fundamentadas e que os requisitos autorizadores da medida constritiva não estão presentes no caso em tela. Ressalta que o recorrente é detentor de circunstâncias favoráveis e que, caso condenado, poderá cumprir a pena em regime menos gravoso que o fechado. Aduz, ainda, que o acusado não cometeu o delito que lhe é imputado.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a sua substituição por medidas cautelares diversas.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial visando a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque, ao que parece, a prisão foi mantida pelo Tribunal de origem, mencionando o decreto de prisão preventiva, em razão da gravidade concreta do crime, pois foram apreendidos 89 trouxinhas de crack e 48 pinos de cocaína, que atestam uma grande variedade e quantidade de drogas, e como forma de garantir a ordem pública, conforme se depreende do seguinte trecho transcrito no acórdão (e-STJ fls. 94/95):

(...). Eventual ausência de fundamentação realmente frustra a

ideologia democrática das decisões jurisdicionais e por isto deve ser fulminada com a nulidade.

Para a análise do caso concreto, ante a necessidade de conferir-se a verossimilhança das alegações contidas na inicial, é mister transcrever trecho da decisão do Juiz a quo:

"(...)

No caso dos autos, observa-se que o flagrante é regular; com efeito, os depoimentos de condutor/testemunhas dão conta que os flagranteados teriam sido encontrados com drogas em situação que aparenta tráfico, enquadrando-se, portanto, na hipótese prevista no art. 302, I, do CPP.

A prisão, pois, efetuada legalmente, inexistindo, portanto, vícios formais ou materiais a manchá-la, razão porque homologo o procedimento sob exame.

Observo, na oportunidade, que a prisão em flagrante deve ser convertida em preventiva, eis que presentes os requisitos para tanto. Com efeito, há prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, como por exemplo, os depoimentos de condutor/testemunhas, interrogatório do flagranteadado, auto de apreensão de fls. 15 e laudo provisório de constatação de substância entorpecente.

Demais disso, entendo que a custódia cautelar se revela necessária como garantia da ordem pública.

De fato, não é novidade a tragédia social causada pelo uso abusivo de drogas ilícitas, tampouco a quantidade de crimes a elas relacionadas, gerando insegurança no seio da sociedade.

No caso concreto, além de se tratar de crime de extrema gravidade, equiparado a hediondo, a considerável quantidade e variedade de drogas (89 trouxinhas de crack, 48 pinos de cocaína), traz a certeza que a liberdade do autuado, neste instante, põe em risco a Sociedade. {...)"

Desta forma, forçoso é concluir que não procede a alegação de constrangimento ilegal por falta de fundamentação do decreto prisional e de sua manutenção, verificado que a decisão não se ressent de motivação, posto que respaldada em dados fáticos assim como em justificativas idôneas e suficientes à manutenção da segregação provisória, como forma de garantir a ordem pública. (...).

Ainda nesse sentido, o *decisum* impugnado encontra suporte na jurisprudência desta Corte, segundo a qual, "prisão fundamentada na qualidade e quantidade da droga apreendida [pode ser] motivação considerada idônea

para a manutenção da segregação de natureza cautelar" (AgRg no HC n. 323.444/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 23/6/2015, DJe 4/8/2015).

Ademais, analisando a Ficha de Antecedentes Criminais do acusado, percebe-se que o mesmo tem registros por supostos crimes de violência doméstica, sinalizando a propensão do recorrente à contumácia delitiva, fazendo-se necessária a manutenção de sua segregação cautelar (e-STJ fls. 29/31).

Quanto às questões atinentes ao envolvimento - ou não - do recorrente no crime que lhe é imputado, as mesmas não são passíveis de exame na via estreita do *habeas corpus*, ação autônoma de rito sumário e com impossibilidade do revolvimento do arcabouço probatório, conforme pretende a defesa. Nesse sentido:

(...) 3. A análise acerca da negativa de participação no ilícito é questão que não pode ser dirimida em sede de habeas corpus, por demandar o reexame aprofundado das provas a serem produzidas na instrução criminal, vedado na via sumária eleita.

(...)

(HC 307.577/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 10/02/2015, DJe 04/03/2015)

Lado outro, eventuais condições favoráveis não têm o condão de, por si sós, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião

do julgamento definitivo do recurso ordinário em *habeas corpus* pelo Colegiado da Quinta Turma.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator